

Despacho de Fixação de Audiência de Julgamento

Processo: 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32.000

Autor/Requerente: Ministério Público

Réu/Requerido: João da Silva, residente em Rua da Conceição, n.º 45, 1150-160 Lisboa

Mandatários:

- **Dr. Ana Pereira** (OA 12345) – Advogada de defesa
- **Dr. Luís Carvalho** (OA 67890) – Advogado de defesa
- **Dr. Marta Santos** (OA 54321) – Procuradora do Ministério Público

Juiz: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa

Vistos, etc.

1. **Considerando** que o Ministério Público, nos autos do processo acima indicado, apresentou a denúncia por burla informática, tipificada no artigo 217.º do Código Penal, e que o réu João da Silva foi regularmente citado para apresentar contestação, tendo já sido realizada a produção da prova eletrónica e as diligências de peritagem solicitadas pelas partes;
2. **Considerando** que, nos termos do artigo 447.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, e do artigo 259.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, é imprescindível a realização de audiência de julgamento para a discussão dos factos, a produção de prova oral e a apreciação das teses jurídicas suscitadas pelas partes;
3. **Considerando** que as partes apresentaram, nos últimos autos, os respetivos requerimentos de produção de prova testemunhal e pericial, bem como os pedidos de esclarecimentos complementares, os quais foram devidamente admitidos por este Juízo;

DECRETA:

Item	Descrição
Audiência de Julgamento	Fica fixada a data de 15 de novembro de 2024
Hora	10h00 (horário de Lisboa)
Local	Sala de Audiências n.º 3, Edifício do Tribunal Judicial de Lisboa, Av. da República, 1050-010 Lisboa
Presenças obrigatórias	Ministério Público (Dr. Marta Santos), Réu João da Silva, seus mandatários (Dr. Ana Pereira e Dr. Luís Carvalho)
Objetivo	Debate das teses jurídicas, produção de prova oral (testemunhas e peritos) e pronúncia da decisão final

4. Intimações:

- **Ao Ministério Público** – para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, indique a lista de testemunhas que pretende ouvir, bem como os quesitos complementares a formular ao perito;
 - **Ao Réu e aos seus mandatários** – para que, no mesmo prazo, apresentem a lista de testemunhas de defesa, bem como eventual pedido de esclarecimentos adicionais à prova pericial já produzida;
 - **A todos os intervenientes** – fica-lhes assegurado o direito de, até 3 (três) dias antes da audiência, apresentar memoriais escritos, nos termos do artigo 447.º, n.º 5, do CPC, para serem juntados ao processo.
5. **Custas e despesas:** As partes ficam cientes de que as despesas relativas à produção de prova testemunhal e pericial correrão à conta da parte que a requerer, nos termos do artigo 81.º do CPC, salvo decisão em contrário que venha a ser proferida nesta audiência.

6. **Comunicação:** O presente despacho será notificado às partes por meio de carta registada com aviso de receção e, simultaneamente, será publicado no Boletim de Avisos do Tribunal Judicial de Lisboa, nos termos do artigo 81.º, n.º 2, do CPC.
7. **Advertência:** O não comparecimento injustificado das partes ou dos seus mandatários à audiência de julgamento poderá acarretar a aplicação das sanções previstas nos artigos 382.º e 383.º do Código de Processo Penal, nomeadamente a condução coercitiva ou a aplicação de coimas.
8. **Registo:** Fica consignado nos autos que a presente decisão foi proferida em sessão pública, nos termos do artigo 447.º, n.º 2, do CPC.

Lisboa, **12 de outubro de 2024**

Juiz de Instrução Criminal nº 4
Tribunal Judicial de Lisboa

Certifico que o presente despacho foi devidamente assinado eletronicamente e que a sua cópia será inserida no processo sob o número 2023/0456.